

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

O Desafio Educacional se constitui em uma coletânea de produções de Florestan Fernandes entre os anos de 1978 e 1989, incluindo artigos de jornal, discursos, projetos de lei, palestras e entrevistas. Essa obra foi primeiramente publicada pelas editoras Cortez e Autores Associados, em 1989, sendo republicada pela editora Expressão Popular no ano de 2020².

Apresentar Florestan Fernandes (1920 -1995) em um espaço tão curto é incompatível à sua relevância no campo acadêmico e político, mas é necessário passar por alguns pontos, pois a obra desta resenha se relaciona com momentos específicos da vida do autor. Patrono da Sociologia brasileira, foi professor universitário na Universidade de São Paulo (USP) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), além de universidades estrangeiras durante seu exílio no contexto da ditadura civil-militar. Elegeu-se Deputado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em dois mandatos, sendo o primeiro deles para a Assembleia Constituinte, em 1986.

Nesta obra, Florestan Fernandes se mostra como um militante inserido nos conflitos de classe de seu tempo, particularmente nos assuntos relacionados à educação. As intervenções públicas do autor, fossem por meio de palestras, entrevistas ou de sua atuação enquanto parlamentar, caracteriza sua atuação enquanto intelectual orgânico, conforme definição de Antonio Gramsci. Isto é, Florestan exercia um papel diretivo de sua classe social na disputa pela hegemonia, sendo esse o objetivo principal de todos os escritos que compõem a publicação.

No recorte temporal da obra, a ditadura civil-militar passava por um processo de desgaste, culminando na passagem indireta do poder para os civis em 1985 e na elaboração da Constituição de 1988. Assim, os escritos do autor captam a crescente mobilização da sociedade

¹ Doutorando e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR/Campo Grande – MS). Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-4101-1430>. E-mail: vinicius.olibez@gmail.com.

² Retomar os escritos de Florestan Fernandes acerca da educação brasileira é um projeto editorial da Editora Expressão Popular em parceria com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), em comemoração aos 40 anos deste sindicato e ao centenário do autor.

brasileira, bem como as contradições da emergência de uma “nova” República que não rompeu seus laços com o passado ditatorial.

No prefácio escrito por Florestan para a primeira edição de 1989, intitulado *Profissão de fé*, o autor observa que naquela conjuntura os trabalhadores da educação e os estudantes estavam adotando uma postura cada vez mais combativa e reivindicativa. Nesse processo, defende a necessidade de intervenção na elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB), articulada com a luta pela revolução social: “Contudo, além dessa prioridade [LDB], prevalece o significado da educação para promover a descolonização, a revolução nacional, [e] a revolução democrática que a República autocrática burguesa bloqueou e mistificou” (p.29).

Ao longo da obra o autor transita por diversos temas, em mais de 30 escritos diferentes que compõem a publicação, organizada em duas seções: a primeira se intitula *A crise do ensino: contrastes do crescimento sem democracia*, e a segunda, *O professor e a transformação do concreto*.

Na primeira seção, o autor critica as condições materiais da educação nacional, e reflete sobre os desafios necessários para revolucionar a escola e a sociedade.

Para o autor, as altas taxas de analfabetismo, abandono escolar e as desigualdades nas oportunidades de aprendizagem impedem que os estudantes da classe trabalhadora construam sua emancipação intelectual, política e cultural, sendo apenas preparados para reprodução do sistema capitalista.

Em contrapartida, Florestan Fernandes defende a construção de um sistema educativo no qual as necessidades psicológicas, culturais e políticas das classes trabalhadoras sejam o núcleo da instituição escolar.

O homem novo que devemos formar e a *humanidade* que deve ser o produto do sistema de ensino que teremos de montar, daqui para frente, se configuram em termos da situação de interesses de classes do operário, do trabalhador agrícola, do homem pobre (p. 40).

Tal comprometimento de Florestan Fernandes com a educação não o deslocou para uma concepção romântica e abstrata do papel das instituições escolares. Para o autor, a transformação social é um problema externo, que dialeticamente envolve a luta pela melhor educação possível dentro das condições históricas vigentes.

Na primeira seção constam também projetos de leis e pronunciamentos do autor enquanto parlamentar pelo Partido dos Trabalhadores (PT)³, sobretudo no âmbito da

³ A obra contém diversos projetos de lei apresentados pelo autor enquanto deputado, que versam sobre políticas diversas, como lazer, cultura e esporte, no sentido de garanti-los como direito aos trabalhadores brasileiros.

Assembleia Nacional Constituinte e no processo de formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB). Como Deputado Constituinte, se inseriu nas disputas com o setor privado leigo e confessional quanto ao financiamento público da educação, propondo a seguinte emenda: “*As verbas públicas serão destinadas com exclusividade às escolas públicas*” (p. 43).

No contexto da LDB, em seus discursos defende o financiamento público exclusivo para a escola pública, ressaltando também a importância de se alterar as relações de mandonismo nas salas de aula, que desconsideram o estudante como sujeito ativo no processo de ensino e aprendizagem, e instaurar uma prática pedagógica humanizada e democrática.

Também integram a primeira seção diversos artigos publicados no jornal Folha de S. Paulo, nos quais Florestan Fernandes se posiciona diante das questões de luta dos profissionais da educação do Estado de São Paulo – sobretudo durante o governo de Orestes Quéricia (PMDB). Nesses escritos, manifesta apoio a movimentos grevistas de professores da educação básica, critica cortes no orçamento das universidades estaduais, denuncia o aviltamento salarial dos profissionais da educação e as condições precárias de ensino.

Atuando em Brasília como Deputado Federal, as colunas publicadas pelo autor também desferem críticas aos planos econômicos do governo José Sarney (PMDB) e à transição conservadora para a “nova” República.

Na verdade, a “nova” República paga pelo pecado original. Filha da ditadura e sua herdeira fiel, ela está presa à “transição lenta, gradual e segura” e não pode nem denunciar as origens da crise econômica e tão pouco evadir-se da maldição da dívida e da subordinação ao imperialismo, por mais que diga o contrário (p. 113).

Na segunda seção do livro, Florestan Fernandes analisa o papel do professor diante da necessidade de se revolucionar a escola e a sociedade, além de questões voltadas ao ensino superior.

Florestan afirma que o professor, enquanto trabalhador intelectual, é submetido a um processo histórico de brutalização, sob a função de mero agente de transmissão cultural:

Se se aceita essa perspectiva entende-se que o professor nunca foi posto num contexto de relação democrática com a sociedade. Ele era tido como instrumento de dominação, muitas vezes, ficava nas cadeias mais inferiores do processo, como aconteceu com o padre em relação ao escravo (p. 241).

Na avaliação do autor, o caráter oligárquico e elitista da proclamação da República implica na inexistência de uma cultura cívica no Brasil, onde o ideal coletivo de sociedade é restrito ao círculo de uma “[...] minoria poderosa e dominante com a massa da sociedade” (p. 244). Nessa perspectiva, para a classe dominante, não seria necessário expandir o horizonte cultural das massas a partir da educação escolar:

Essa massa era a gentinha; e, para ser a gentinha, a educação seria como uma pérola, que não deveria ser lançada aos porcos (ou então, seria uma espécie de *ersatz*, uma coisa elementar, rudimentar, que ajudaria a preparar máquinas humanas para o trabalho) (p. 244).

Florestan avalia que esse processo histórico promove uma educação meramente instrutiva, sendo, portanto, acompanhado da separação entre o cidadão e o professor. Diante disso, o autor reafirma a necessidade de transformar em conjunto a escola e a sociedade, em uma fusão dos dois papéis: “Se o professor não tiver em si a figura forte do cidadão, acaba se tornando instrumental para qualquer manipulação, seja ela democrática ou totalitária [...] o professor precisa ser professor cidadão e um ser humano rebelde” (p. 246).

Entretanto, o autor adverte que não cabe ao professor impor aos estudantes suas ideias, tampouco que as salas de aula se tornem palanques eleitorais: “O objetivo último da educação escolarizada não está em “fazer a cabeça do estudante”. Mas em inventar e reinventar a civilização sem barbárie” (p. 383).

Professor universitário, Florestan também se ocupou das questões relacionadas ao ensino superior. Sobre a universidade, classifica-a como uma instituição em crise, no contexto do capitalismo monopolista dos anos 1980, pois perdia paulatinamente o monopólio sobre a produção e divulgação do conhecimento, bem como redução dos papéis criativos do universitário. Diante disso, o autor critica o conformismo com a ordem imposta no interior das universidades, e a escassez de produção de conhecimento original e crítico da realidade: “O que se faz na universidade, se não tiver significado para os processos de mudanças da sociedade brasileira, é coisa morta” (p. 289).

Desse modo, Florestan defende o que denominou de *rebelião intelectual do universitário* para combater o ideal de neutralidade, bem como politizar o trabalho intelectual, visando fazer da universidade “[...] um centro de expansão do padrão de civilização vigente” (p. 140), construindo tradições próprias de pensamento criativo, rigoroso, e que estivesse conectado com a vida dos trabalhadores, portanto acessível para todos.

Hoje, o drama da universidade não é só de melhorar a sua qualidade, a sua transparência, a sua capacidade de produzir bom ensino, conhecimento original. Ela é, principalmente, a de levar o conhecimento mais avançado àqueles que não tiveram a oportunidade de aprender, àqueles que foram expulsos. Primeiro, foram expulsos socialmente e, depois, cultural e economicamente e que precisam ser reincorporados. Temos de aprender. (p. 351-352).

Neste livro existem críticas que dialogam com as disputas que enfrentamos atualmente. O papel do professor, o financiamento público para a escola pública, as condições materiais das escolas, as problemáticas da universidade, os dilemas da “nova” República, tudo isso soa familiar para qualquer sujeito inserido nos debates sobre a educação brasileira. Assim, podemos

concluir que *o desafio educacional* intitulado na obra ainda não foi superado. Em poucas palavras, podemos definir da seguinte forma a tarefa identificada por Florestan Fernandes: universalizar a escolarização para as massas, a partir de uma prática pedagógica que promova a formação cidadã crítica de estudantes e professores. Resta, portanto, ainda superá-lo.